

COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio

Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes, Parceiros e Colaboradores:

Em cumprimento às disposições legais, apresentamos para a apreciação de V.Sas as Demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das demonstrações consolidadas dos Grupos de Consórcios, as Notas Explicativas e do relatório dos Auditores Independentes.

A Coimex Administradora de Consórcios S.A. (“Administradora” ou “Companhia” ou “Coimex Consórcios”) tem 48 anos de fundação e é a administradora de consórcios da marca Mycon. Nossa operação está posicionada como uma fintech que viabiliza o acesso aos seus clientes, em todo o território Nacional, a um crédito mais barato através de um consórcio 100% digital e com um único propósito, promover as conquistas de um jeito simples, justo e humano. Neste contexto, realizamos a administração dos grupos de consórcios, principalmente bens imóveis, móveis e serviços, possibilitando aos seus clientes a aquisição de bens e serviços e até mesmo a construção ou reforma de seu imóvel residencial ou comercial.

Além das iniciativas de fortalecimento do canal digital, no semestre findo em 31 de dezembro de 2023 as ações estratégicas mantiveram direcionamento voltado à ampliação de vendas com ações de incremento dos investimentos em publicidade e propaganda, de criação de conteúdo para programas de educação financeira focado no consórcio, de abertura de canais de vendas com novas parcerias e da criação de um programa de indicação para os clientes.

Destacamo-nos principalmente, pela inovação e uso intensivo de tecnologia e, possuímos os mais elevados níveis de governança corporativa. O mesmo projeto de inovação contemplou a criação de novos produtos, investimento em nossas equipes e melhoria dos processos internos buscando redução de custos e eficiência operacional.

Em relação ao cenário macroeconômico do Brasil, no qual a Companhia desenvolve os seus negócios, observamos a manutenção do ciclo de crescimento da economia, com PIB de 2,9% registrado em 2023 apesar de um menor crescimento no 3º e 4º trimestre de 2,0% e 2,1%, respectivamente, comparado aos mesmos trimestres do ano anterior. Para 2024 a expectativa é de crescimento do PIB de 1,77%, conforme Boletim Focus do Banco Central de 05 de março de 2024.

A taxa de desemprego, conforme últimos dados do IBGE, apresentou uma queda de 0,5 ponto percentual em 2023 quando comparado a 2022, encerrando o 4º trimestre de 2023 em 7,4%, enquanto o mesmo período de 2022 apresentou uma taxa de 7,9%. Este é um aspecto em geral que tem efeito positivo para o mercado de consórcio, considerando o aumento de renda recorrente da população.

Além disto, apesar da queda da taxa de juros ao longo de 2023, os juros praticados no mercado ainda se encontram em patamar elevado, fechando o dezembro de 2023 com a Selic de 11,75%, o que é outro fator que leva o Consórcio a ser mais atrativo frente a outros produtos de crédito, visto que no Consórcio não é cobrada taxa de juros de seus clientes. A taxa de inflação medida pelo IPCA acumulado dos últimos 12 meses, continuou apresentando queda, fechando o acumulado de 12 meses em dezembro de 2023 em 4,62%, contra 5,79% registrado no mesmo período de 2022.

O Sistema de Consórcios em 2023 continuou apresentando resultados positivos, com crescimento de 9,3% do número de participantes ativos comparado ao mesmo período de 2022. De acordo com ABAC (Associação Brasileira de Administradores de Consórcios), em dezembro de 2023 o setor atingiu a marca de 10,29 milhões de participantes ativos, enquanto no mesmo período do ano passado era de 9,41 milhões.

Em relação as vendas, em 2023 foram comercializadas 4,19 milhões de novas cotas, sendo 6,4% acima das 3,93 milhões do ano passado. Os negócios realizados no mercado de consórcios somaram R\$ 316,70 bilhões em 2023, 25,6% maior que os R\$ 252,08 bilhões contabilizados em 2022.

Neste ambiente, a Administradora registrou evolução de alguns indicadores importantes. Comparado ao ano de 2022, nossa base de clientes ativos aumentou 50%, enquanto crescemos 20% em número de cotas vendidas e 5% em créditos vendidos de cotas de consórcio. Além disto, o objetivo do sistema de consorcio é possibilitar a entrega de bens e serviços e, neste quesito, o número de cotas contempladas cresceu 60%. Outro grande diferencial das nossas plataformas de venda é o baixo índice de cancelamento quando comparado à média do mercado, o que é possível pelo fato da venda em nosso canal digital ser simples, transparente e direta para o cliente final, o que nos torna mais ágeis e flexíveis para entender e esclarecer as dúvidas e demandas dos nossos clientes, resultando em venda com muito maior qualidade.

A receita contábil das administradoras de consórcio é apropriada mensalmente pela soma das taxas de administração cobradas em cada parcela do plano de consórcio e outras taxas aplicadas independente do período em que venda foi realizada. Em função disto, em cada venda a administradora passa a ter as taxas futuras como um recebível de longo prazo, por isso, é importante analisar tanto a evolução da receita contábil, que cresceu 30% neste período

comparado ao mesmo período de 2022, como também a evolução da taxa de administração a receber, que neste caso aumentou 40% no semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

Nosso time também cresceu ao longo de 2023, assim como nossa atenção e cuidado para com as nossas pessoas. Iniciamos 2023 com 107 colaboradores, enquanto em dezembro de 2023 estávamos com 130 colaboradores.

Queremos agradecer, nesta oportunidade, a todos os nossos consorciados, acionistas, fornecedores, parceiros e a comunidade em geral pela confiança, credibilidade e apoio recebido ao longo do ano de 2023 e, em especial, agradecer aos nossos colaboradores, pela dedicação e profissionalismo com que conduzem as suas atividades todas elas voltadas para a satisfação dos nossos clientes.

A Administração.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Coimex Administradora de Consórcios S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Coimex Administradora de Consórcios S.A. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio, em 31 de dezembro de 2023 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Coimex Administradora de Consórcios S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2023 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Administradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administração;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013846/O-1

Alfredo Ferreira Marques Filho

Contador CRC 1 SP 154954/O-3

COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando
indicado de outra forma)**

ATIVO	Nota Explicativa	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022	PASSIVO	Nota Explicativa	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Disponibilidade da Administradora		534	150	Outras obrigações			
Grupos encerrados	3.1 e 4	-	9	PIS e COFINS		-	234
Aplicações financeiras Administradora	5	10.374	14.680	Outros impostos e contribuições a recolher		1.864	722
Grupos encerrados	3.1 e 4	816	9.957				
		11.724	24.796				
Recursos pendentes de recebimento - cobrança judicial	6	-	3.238	Diversas			
Impostos a compensar	7	4.318	3.805	Provisão para férias e 13º Salário		1.732	1.261
Outros créditos	8	3.318	1.972	Provisão para Programa Participação Resultado	13	1.587	-
Outros valores e bens	9	2.971	2.731	Fornecedores	12	3.293	2.024
		10.607	11.746	Recursos pendentes de recebimento – cobrança judicial	6	-	3.238
				Recursos a dev. grupos encerrados	3.1 e 4	816	9.966
						9.292	17.445
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO							
Depósitos judiciais	18 (a)	68	127	Capital social		56.815	56.815
		68	127	Capital Realizar		101.900	56.900
PERMANENTE				Prejuízos acumulados		(142.711)	(91.751)
Imobilizado	10	997	840			16.004	21.964
Intangível	11	1.900	1.900				
		2.897	2740				
TOTAL DO ATIVO		25.296	39.409	TOTAL DO PASSIVO		25.296	39.409

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIO FINDO EM 2022**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>Segundo</u> <u>semestre</u> <u>de 2023</u>	<u>Em 31 de</u> <u>dezembro</u> <u>de 2023</u>	<u>Em 31 de</u> <u>dezembro</u> <u>de 2022</u>
RECEITA OPERACIONAL				
Taxa de administração e adesão		18.838	33.482	26.393
Resultado de títulos e valores mobiliários		138	589	464
		18.976	34.071	26.857
		-		
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas de pessoal	16.1	(12.725)	(24.657)	(13.470)
Despesas administrativas		(2.792)	(5.677)	(5.494)
Despesas tributárias	16.2	(2.969)	(5.320)	(4.116)
Depreciações e amortizações		(106)	(224)	(149)
Despesas de serviços de terceiros	16.3	(5.638)	(9.864)	(10.230)
Despesas com Marketing	16.4	(21.719)	(41.725)	(32.371)
Despesas com Provisão Operacional		(0)	(12)	(251)
Outras receitas (despesas) operacionais		1.186	2.342	1.325
Despesas não operacionais		(62)	(62)	
		(44.825)	(85.199)	(64.756)
		-		
RESULTADO OPERACIONAL				
		(25.849)	(51.128)	(37.899)
		-		
Ganho não operacional		168	168	520
		-		
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
	17	(25.681)	(50.960)	(37.379)
		-		
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido		-	-	-
		-		
Prejuízo líquido		(25.681)	(50.960)	(37.379)
		-		
Prejuízo líquido por ação social subscrito - R\$		(0,45)	(0,90)	(0,66)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Segundo semestre de 2023	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Prejuízo do período	(25.681)	(50.960)	(37.379)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	<u>(25.681)</u>	<u>(50.960)</u>	<u>(37.379)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social Subscrito	Capital A Realizar	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º julho de 2023	56.815	81.900	(117.029)	21.686
Prejuízo do semestre	-	-	(25.681)	(25.681)
Capital a realizar	-	20.000	-	20.000
Saldos em 31 de dezembro de 2023	56.815	101.900	(142.711)	16.004
Mutações do semestre	-	20.000	(25.681)	(5.681)
Saldos em 1º janeiro de 2023	56.815	56.900	(91.751)	21.964
Prejuízo do Exercício	-	-	(50.960)	(50.960)
Capital a realizar	-	45.000	-	45.000
Saldos em 31 de dezembro de 2023	56.815	101.900	(142.711)	16.004
Mutações do Exercício	-	45.000	(50.960)	(5.960)
Saldos em 1º janeiro de 2022	56.815	11.900	(54.372)	14.343
Prejuízo do semestre	-	-	(37.379)	(37.379)
Capital a realizar	-	45.000	-	45.000
Saldos em 31 de dezembro de 2022	56.815	56.900	(91.751)	21.964

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Segundo semestre de 2023	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo líquido do exercício / semestre	(25.681)	(50.960)	(37.379)
Aumento (diminuição) dos itens que não afetaram o caixa:			
Depreciação e amortização	106	224	(537)
Venda Imobilizado	43	43	-
Provisão / Programa de Participação no Resultado	(59)	1.587	-
	(25.591)	(49.106)	(37.916)
Variações nos ativos e passivos			
Cobrança Judicial	-	3.238	(319)
Impostos a Compensar	127	(513)	(1.017)
Outros Créditos	(965)	(1.346)	(5)
Outros Valores e Bens	751	(240)	(974)
Depósitos Judiciais	100	59	3
PIS e COFINS	(265)	(234)	28
Outros Impostos a recolher	1.018	1.142	(19)
Obrigações sociais e trabalhistas	(470)	470	106
Fornecedores	(1.292)	1.269	(311)
Recursos pendentes de recebimento	-	(3.238)	321
Recursos a dev. grupos encerrados	23	(9.150)	26
Recursos gerados (consumidos) nas atividades operacionais	(26.564)	(57.649)	(40.075)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	(211)	(431)	(516)
Venda de imobilizado	8	8	-
Recursos gerados (consumidos) nas atividades de investimento	(203)	(423)	(516)
Fluxo de caixa das atividades de Investimentos			
Aumento de Capital	20.000	45.000	45.000
Recursos gerados (consumidos) nas atividades de financiamento	20.000	45.000	45.000
Aumento(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(6.767)	(13.072)	4.409
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	18.491	24.796	20.387
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	11.724	11.724	24.796
Aumento(redução de caixa e equivalentes de caixa)	(6.767)	(13.072)	4.409

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RECURSOS DE CONSÓRCIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota Explicativa	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022	PASSIVO	Nota Explicativa	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Disponibilidades		2473	555	Obrigações com consorciados	3.2 (d)	236.188	135.911
Aplicações financeiras	5	175.952	116.236	Valores a repassar	3.2 (e)	4.261	2.499
Outros créditos				Obrigações por contemplações a entregar	3.2 (f)	166.208	109.650
Direitos junto a consorciados	3.2 (b)	300.090	175.257	Recursos a devolver a consorciados	3.2(g)	59.950	36.370
Contribuições a receber em atraso		596	969	Recursos de grupos		15.166	8.971
Contribuições a receber ajuizadas		2662	384			481.773	293.401
		481.773	293.401				
COMPENSAÇÃO				COMPENSAÇÃO			
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	3.2 (h)	22.192	14.386	Recursos mensais a receber de consorciados	3.2 (h)	22.192	14.386
Contribuições devidas ao grupo		3.539.025	2.481.066	Obrigações do grupo por contribuição		3.539.025	2.481.066
Consortados - bens a contemplar		3.469.738	2.437.749	Obrigações por futuras contemplações		3.469.738	2.437.749
		7.030.955	4.933.201			7.030.955	4.933.201
TOTAL DO ATIVO		7.512.728	5.226.602	TOTAL DO PASSIVO		7.512.728	5.226.602

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COIMEX ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DO SEMESTRES E EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Segundo semestre de 2023	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO (FIM) DO SEMESTRE / EXERCÍCIOS				
Depósitos bancários		2.802	555	213
Aplicações financeiras		5.813	6.586	5.198
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações		136.055	109.650	57.011
		144.670	116.791	62.422
RECURSOS COLETADOS				
	3.2 (j.1)			
Contribuição para aquisição de bens		153.428	273.914	177.126
Taxa de administração		18.396	32.884	25.299
Contribuição ao Fundo de Reserva		366	728	800
Rendimentos de aplicações financeiras		7.788	14.439	8.142
Multas e juros moratórios		591	1.097	757
Prêmios de seguros		886	1.688	1.206
Custas judiciais		16	120	19
Reembolso de despesas de registro		291	504	335
Outros		1.675	2.586	3.078
		183.437	327.961	216.762
RECURSOS UTILIZADOS				
	3.2 (j.2)			
Aquisição de bens		(128.657)	(228.775)	(132.231)
Taxa de administração		(18.311)	(32.873)	(25.588)
Multas e juros moratórios		(293)	(545)	(378)
Prêmios de seguros		(874)	(1.647)	(1.179)
Custas judiciais		(16)	(120)	(22)
Devolução a consorciados desligados		(657)	(1.312)	(489)
Despesas de Registro de Contrato		(277)	(489)	(285)
Outros		(596)	(565)	(2.221)
		(149.681)	(266.326)	(162.393)
DISPONIBILIDADES NO FIM DO SEMESTRE / EXERCÍCIOS				
Depósitos bancários		2.473	2.473	555
Aplicações financeiras		9.745	9.745	6.586
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações		-	-	-
		166.208	166.208	109.650
		178.426	178.426	116.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2023 E 2022**
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Coimex Administradora de Consórcios S.A. (“Administradora” ou “Companhia” ou “Coimex Consórcios”) é uma instituição que tem por objetivo a prestação de serviços de administração de grupos de consórcio que se destinem à aquisição de bens móveis (automóveis e motocicletas), imóveis e de prestação de serviços, regulamentados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Os recursos recebidos de grupos de consórcio são administrados pela companhia e utilizados pelos clientes para a aquisição de bens ou serviços, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação, cobradas taxas de administração, de adesão, em alguns grupos fundo de reserva, de seguro de vida e seguro de quebra de garantia, sendo essa última taxa, repassada a uma companhia seguradora que fica responsável pela eventual inadimplência de consorciados já contemplados.

1.1 Continuidade

O planejamento estratégico da Companhia realizado pela Administração é em cenário de continuidade operacional. As ações que estão sendo feitas para reversão do prejuízo incluem o aumento dos investimentos em publicidade e propaganda, que apesar de aumentar a base de despesas, potencializa as vendas e garante uma receita futura maior. Além disto, está sendo ampliado o canal de vendas por parcerias, que consiste em desenvolver um ecossistema com parceiros estratégicos que tenha uma base de clientes aderente aos consórcios vendidos de forma digital, com a contrapartida da remuneração dos respectivos parceiros, e criado um canal de vendas por indicação, com a contrapartida de benefícios para quem indica e que compra. A Administração considerou neste planejamento que os investimentos para o crescimento dos negócios serão viabilizados pela própria Companhia e seus acionistas. Com o objetivo de consolidar a marca digital MYCON, a Companhia decidiu pela alteração da razão social de Coimex Administradora de Consórcios S/A para MYCON Administradora de Consórcios S/A. Este ato societário foi emitido em 9 de novembro de 2022 e está aguardando a aprovação do Banco Central.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e com base na Resolução BCB nº 2 de, 12 de agosto de 2020, bem como com observância nas demais normas e instruções emanadas pelo BACEN, específicas para as administradoras de consorcio e estão apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)**

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes e perdas nos grupos de consórcio; (iii) créditos tributários; (iv) créditos de liquidação duvidosa.

Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Consórcio na elaboração das demonstrações contábeis, adotou somente os pronunciamentos aprovados pelo BACEN e vigentes até o exercício de 2022.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 27 de março de 2024.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

3.1 Da Administradora

(a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são avaliados pelo custo, quando aplicável atualizados *pro rata temporis*. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações interfinanceiras de liquidez imediata. Esses recursos são utilizados pela administradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(b) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068 de 08 de novembro de 2011, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração em 3 (três) categorias:

1. Títulos para negociação – Avaliados a valor de mercado em contrapartida do resultado do período;
2. Títulos disponíveis para venda – Atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida com o resultado do período e ajustado ao valor de mercado em contrapartida com o patrimônio líquido, e;
3. Títulos mantidos até o vencimento – Atualizados com base em condições intrínsecas, em contrapartida com o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários da Coimex Administradora de Consórcios são classificados na categoria de títulos para negociação.

(c) Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Em milhares de reais)

(d) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

(e) Intangível

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição. A Administração realiza análise de recuperabilidade desses ativos uma vez ao ano ou sempre que houver indícios de que uma provisão para redução ao valor recuperável desses ativos seja constituída. De acordo com os estudos internos, com os constantes investimentos em melhoria das ferramentas tecnológicas, há indícios de valorização efetiva deste ativo.

(f) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*)

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("*impairment*") é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo exceto créditos tributários, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que forem identificadas. Em 31 de dezembro de 2023 não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(g) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

(h) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Administradora tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia passou a provisionar a participação nos resultados, instituída em 2021. A provisão é contabilizada com base na NBC TG 33 – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.877/2020, e suas revisões, sendo reconhecida de forma proporcional no resultado, ao longo do exercício e sendo devida caso os indicadores estabelecidos pela Companhia e aprovados pelo Sindicado sejam atingidas ao final do exercício corrente.

(i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é apurado com base no lucro real anual. Em caso de registro de lucro, o imposto de renda e a contribuição social são apurados mensalmente sobre bases de cálculo, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Em milhares de reais)

(j) Tributos correntes e diferidos

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 240. A Contribuição Social Sobre o Lucro é calculada considerando a alíquota de 20%, até o semestre findo em junho de 2021, e de 25% até dezembro de 2021, conforme majoração disposta na Lei 14.183, de 14 de julho de 2021.

A partir de 1º de março de 2020, de acordo com a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, a alíquota da CSLL passou de 15% para 20%, impactando diretamente o “Ativo fiscal diferido”, o qual foi constituído considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização.

Os créditos tributários são constituídos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de Imposto de Renda e base negativa de Contribuição Social, calculadas e contabilizadas às alíquotas descritas anteriormente, respeitando os limites de realização dos créditos, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020.

(k) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

Até 31 de dezembro de 2021 sob a égide da Circular nº 2381, de 18.11.1993 (Circular nº 2381/1993), as receitas eram registradas quando os valores eram efetivamente recebidos, o que se convencionou chamar de regime de caixa. As despesas de comissão e campanha de marketing, eram registradas por competência, quando da realização da venda da cota de consórcio.

A partir de 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor da Resolução do Banco Central do Brasil nº 120, de 27 de julho de 2021 vinculada ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (CPC 47) e as receitas decorrentes da prestação dos serviços passaram a adotar o regime de competência no qual o fato gerador é a administração do consórcio mensal, independente do recebimento.

(l) Recursos a devolver de grupos encerrados

Refere-se a recursos a serem devolvidos de grupos encerrados cujo montante encontra-se aplicado em operações compromissadas e em depósitos bancários.

(m) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios estabelecidos na NBC TB 25 (R1) aprovado pelo BACEN através da Circular nº 3.823 de 2009 e Deliberação nº 594 de 2009 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As contingências ativas não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; as contingências passivas são reconhecidas quando baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, se for considerado provável o risco da perda de uma ação. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2023 E 2022**
(Em milhares de reais)

(n) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis a partir de 01.01.2022

Resolução BCB n.º 66, de 26 de janeiro de 2021.

A norma consolida os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das administradoras de consórcio e das instituições de pagamento e sobre os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no registro contábil de aumento e de redução do capital social.

Resolução BCB n.º 120, de 27 de julho de 2021.

A norma dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos específicos para a aplicação desses princípios pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A referida resolução revogou o § 2º do art. 8º da Circular BCB nº 2.381/1993 que estabelecia que as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios deveriam ser escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, tornando obrigatória, a partir de janeiro de 2022, a adoção do CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes. Assim, no 1º semestre/2021, as receitas de taxa de administração foram apuradas pelo regime de caixa e, no 1º semestre/2022, pelo regime de competência. O CPC 47 estabelece que a entidade deve reconhecer suas receitas quando as obrigações de desempenho forem cumpridas perante os clientes, ou seja, quando houver a transferência de bens ou serviços prometidos mediante contrato entre as partes. Assim, o valor registrado deve ser reconhecido pelo regime de competência e refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca do serviço prestado. Conforme o artigo 23 da Resolução BCB 120/2021, o CPC 47 deve ser aplicado prospectivamente a partir da data de entrada em vigor da Resolução.

Resolução BCB n.º 156, de 19 de outubro de 2021.

A norma dispõe sobre os critérios e os procedimentos contábeis a serem observados pelas administradoras de consórcio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na escrituração dos grupos de consórcio. A escrituração dos grupos de consórcio deve ser individualizada por grupo e apartada da escrituração da administradora de consórcio. Desta forma, a Coimex registrou os valores relativos aos grupos encerrados (Nota 4) nas adequadas contas de compensação.

Resolução BCB n.º 219, de 30 de março 2022 (artigos 24, 67 e 68).

A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. A Resolução BCB n.º 219/2022 entra em vigor em 01.01.2025, exceto para os artigos 24, 67 e 68, cuja vigência é a partir de 01.05.2022.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2023 E 2022**
(Em milhares de reais)

A Coimex não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis decorrentes desses dispositivos normativos

Normas a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução BCB n.º 178, de 19 de janeiro de 2022.

A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendatária, devendo essas instituições observarem o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica

O CPC 06 (R2) abandona a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo. A Resolução BCB n.º 178/2022 entra em vigor em 01.01.2025

A Coimex iniciou a avaliação dos impactos da adoção do novo normativo, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.

Resolução BCB n.º 219, de 30 de março 2022.

A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. A Resolução BCB n.º 219/2022 entra em vigor em 01.01.2025, exceto para os artigos 24, 67 e 68, cuja vigência é a partir de 01.05.2022.

A Coimex iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01.01.2025, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações contábeis do exercício/2024, conforme requerido pelo art. 69 dessa Resolução.

Resolução BCB n.º 285 de 19 de janeiro de 2023, alterada pela resolução n.º 362, de 14 de dezembro 2023.

A Resolução dispõe sobre a constituição e o funcionamento de grupos de consórcio, entra em vigor a partir de 01.07.2024. A Coimex iniciou a avaliação dos impactos da adoção da Resolução, os quais serão concluídos até o início da sua vigência.

3.2 Dos grupos de consórcio

(a) Disponibilidades e aplicações financeiras

Representam o montante dos recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os quais, de forma consolidada, são mantidos em conta vinculada, para aplicação diária no mercado financeiro em investimentos de baixo risco, conforme determina o BACEN; os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e ao fundo de reserva (quando aplicável) de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre tais rendimentos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2023 E 2022**
(Em milhares de reais)

(b) Direitos junto aos consorciados

Representa o valor das contribuições devidas pelos consorciados a título de fundo comum e de fundo de reserva (quando aplicável), no momento da contemplação.

(c) Passivo circulante

Representa as obrigações dos grupos de consórcio, por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos incorridos, quando aplicável. Os recursos a devolver a consorciados excluídos são atualizados pelos mesmos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras, líquidos de IRRF.

(d) Contribuições de consorciados não contemplados

Demonstra o montante recebido dos consorciados que ainda não foram contemplados. Esses recursos são utilizados para a aquisição de bens.

(e) Valores a repassar

Representa os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados à Administradora. Esses valores são divididos em (i) taxa de administração; (ii) prêmios de seguros; (iii) multas e juros moratórios; (iv) multa rescisória (consorciados desistentes); (v) custas judiciais (incidente sobre cobrança executada).

(f) Obrigações por contemplações a entregar

Representa os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.

(g) Recursos a devolver a consorciados

Representa o valor dos recursos a devolver aos consorciados, divididos em: (i) ativos em andamento – nos casos de excessos de amortização; (ii) ativos pelo rateio – por ocasião do rateio para encerramento dos grupos; (iii) excluídos – montante a ser ressarcido aos consorciados excluídos dos grupos.

(h) Contas de compensação

Previsão de recursos mensais a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados: demonstram a previsão de recebimento de contribuições fundo comum e fundo de reserva (quando aplicável) de consorciados para o mês seguinte ao encerramento das demonstrações contábeis, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguros, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações contábeis.

Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições: referem-se ao total das contribuições fundo comum e fundo de reserva (quando aplicável) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos.

Valor dos bens a contemplar: correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculadas com base no preço do bem vigente no período.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2023 E 2022**
(Em milhares de reais)

(i) Resumo das operações de consórcios

	Quantidades	
	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Grupos em andamento	48	40
Consoiciados ativos	32.133	21.059
Consoiciados contemplados	6.655	3.722
Bens pendentes de entrega	27.198	18.529
Bens entregues a consoiciados	4.935	2.530
Assembleias a realizar	6.109	5.584
Percentual de inadimplência	10,89%	10,64%

(j) Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos

Representa os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

(j.1) Recursos coletados

Os recursos coletados dos grupos de consórcio são apresentados cumulativamente desde o início dos grupos e incluem os rendimentos deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição dos bens, recebidas dos participantes dos grupos, é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, do fundo de reserva (quando aplicável), do seguro de vida, e do seguro de quebra de garantia quando autorizado pelo consoiciado.

O fundo de reserva (quando aplicável) destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo pelonão recebimento das prestações.

O saldo remanescente dos recursos de cada grupo é distribuído aos consoiciados participantes no encerramento do grupo.

(j.2) Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos, tais como, cartas de crédito, taxa de administração, segurose outros. A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição mensal para aquisição de bens.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

4. RECURSOS A DEVOLVER DE GRUPOS ENCERRADOS

	<u>Em 31 de dezembro de 2023</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2022</u>
Ativo Circulante		
Banco	-	9
Operações Compromissadas	816	9.957
	<u>816</u>	<u>9.966</u>
Passivo Circulante		
Recursos a devolver de grupos encerrados	<u>816</u>	<u>9.966</u>

Os Grupos Encerrados têm seus investimentos concentrados em aplicações do Banco do Brasil em Operações Compromissadas lastreadas em Selic, registrados na CETIP, com rentabilização de 98% dos Certificados de Depósito – CDI. Em 31 de dezembro de 2023, a Administradora continha de valores de grupos encerrados, posterior a Lei nº 11.795/08, o montante de R\$ 9.254 (Em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 9.176). Em 15 de Dezembro de 2021 foi publicada a Instrução Normativa BCB nº 208 que teve como objetivo criar contas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para registro dos recursos não procurados dos grupos de consórcio encerrados após a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008. Devido a esta nova regra o saldo das contas contábeis dos grupos encerrados foram transferidos para as contas de compensação.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – ADMINISTRADORA E GRUPOS ATIVOS

	<u>Administradora</u>		<u>Grupos de consórcios</u>	
	<u>Em 31 de dezembro de 2023</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2022</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2023</u>	<u>Em 31 de dezembro de 2022</u>
Operações Compromissadas	-	-	175.952	116.236
CDB	10.374	14.680	-	-
Total	<u>10.374</u>	<u>14.680</u>	<u>175.952</u>	<u>116.236</u>

A Administradora concentra substancialmente suas aplicações no Banco Bradesco em CDB com rentabilidade de 101,00% do CDI.

Os investimentos dos Grupos Ativos são feitos em Aplicações Financeiras em Operações Compromissadas lastreadas em Selic, registrados na CETIP, com rentabilizações de 98% dos Certificados de Depósito - CDI através do Banco do Brasil.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2023 E 2022**
(Em milhares de reais)

6. RECURSOS PENDENTES DE RECEBIMENTO

Representam os valores pendentes de recebimento e em cobrança judicial, sendo que tais valores, quando recebidos e não procurados pelos consorciados para ressarcimento, são reclassificados para o subtítulo “Recursos Não Procurados”, conforme determinação da Carta Circular do BACEN nº 3.047/2002. Em 31 de dezembro de 2023 a Coimex Administradora de Consórcios continha de Recursos Pendentes de Recebimento o montante de R\$ 2.779 (Em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 3.238). Em 15 de Dezembro de 2021 foi publicada a Instrução Normativa BCB nº 208 que teve como objetivo criar contas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para registro dos recursos não procurados dos grupos de consórcio encerrados após a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008. Devido a esta nova regra o saldo das contas contábeis dos grupos encerrados foram transferidos para as contas de compensação.

7. IMPOSTOS A COMPENSAR

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
PIS a compensar (a)	643	621
COFINS a compensar (a)	2.924	2.844
IRRF sobre aplicação financeira a compensar	747	336
Demais impostos a compensar	4	4
	4.318	3.805

- a) Pis e COFINS: O crédito fiscal corresponde ao saldo incidente sobre as despesas com Marketing e Comissões de Parceiros, conforme parecer jurídico tributário.

8. OUTROS CRÉDITOS

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
a) Vendas de cotas cartão de Crédito	1.110	321
b) Cotas de Consórcios Canceladas Compradas	1.482	1.265
c) Outros Créditos	726	386
	3.318	1.972
Não Circulante	3.318	1.972

- a) Vendas de cotas cartão de Crédito: Registra os valores a receber relacionados a venda com cartão de crédito.
b) Cotas de Consórcios Canceladas Compradas – Registra as cotas que a companhia adquiriu de consorciados excluídos.
c) Outros Créditos – Registra as demais contas com valores a receber.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

9. OUTROS VALORES E BENS

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
a) Cotas de Consorcios para formação Grupos	2.697	2.665
b) Despesas Antecipadas	3	43
c) Adiantamento Férias e 13º Salário	22	23
	2.722	2.731
Não Circulante	2.722	2.731

- a) Cotas de Consórcios para formação Grupos: Registra-se as cotas adquiridas pela companhia para viabilizar financeiramente os grupos recém-inaugurados.
- b) Despesas Antecipadas: Registra as despesas adquiridas e que serão consumidas de acordo com a competência.
- c) Adiantamento a Funcionários: Registra os adiantamentos operacionais aos empregados relacionados a férias e 13º terceiro salário.

10. IMOBILIZADO

10.a) Depreciação

	Taxa anual de depreciação			Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
	%	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Instalações (ii)	20	50	-	50	-
Móveis e utensílios (i)	10	22	(20)	2	3
Máquinas e equipamentos de uso (ii)	20	731	(229)	502	611
Equipamentos de comunicação (iii)	20	497	(334)	163	35
Direito de uso	-	11	-	11	11
Sistemas de proc. de dados (iv)	20	320	(130)	190	150
Veículo de uso (v)	20	108	(29)	79	30
Total		1.739	(742)	997	840

a) O prazo de vida útil do Ativo Imobilizado são:

- i) Móveis e utensílios - 10 anos
- ii) Instalações e Máquinas e equipamentos – 5 anos
- iii) Equipamento de comunicação – 5 anos
- iv) Sistemas de processamento de dados – 5 anos
- v) Veículos de uso – 5 anos**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2023 E 2022**
(Em milhares de reais)

10.b) Movimentação do imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Em 31 de dezembro de 2022				Em 31 de dezembro de 2023
	%	Líquido	Adições	Baixas/ Depreciação	Transferência entre contas	Líquido
Instalações	20	-	50	-		50
Móveis e Utensílios	10	3	-	(1)		2
Máquinas e equipamentos de uso	20	611	56	(229)	65	502
Equipamentos de comunicação	20	35	179	(20)	(31)	163
Direito de uso	-	11	-	-		11
Sistemas de proc. de dados	20	150	124	(51)	(34)	190
Veículo de Uso	20	30	78	(29)		79
Total		840	487	(330)	-	997

11. INTANGÍVEL

Em 31 de outubro de 2021 foi realizada a incorporação de empresa Newco Tecnologia e Internet Ltda. ("Newco"), com sede em São Paulo, estado de São Paulo, que tinha como objeto social: I – Intermediação entre administradoras de cartão e seus usuários; II – Elaboração, desenvolvimento, licenciamento, cessão de direito de programas de computadores "softwares", bem como a respectiva instalação, manutenção e suporte técnico; III – Portais e Provedores de conteúdo; IV – Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e hospedagem da internet; V – Consultoria em tecnologia da informação; VI – Intermediação de negócios ou serviços, exceto imobiliário; e VII – Cobrança extrajudicial e informações cadastrais.

A Newco, possui dentre suas atividades, operações de cunho intelectual através do desenvolvimento de software, no qual os valores contabilizados e confirmados em laudos, demonstram valor patrimonial em 30 de setembro de 2021 de R\$ 1.900 em ativos intangíveis de licenças e softwares, dentre eles o Mycon, Powerleads, Simule e ferramentas diversas de consórcios. A incorporação desta empresa está conectada com as estratégias de crescimento da Coimex Consórcios, que são pautadas, principalmente, pelo fortalecimento das vendas no canal digital, e entende-se que a Incorporação é vantajosa para os interesses da Coimex Consórcios e Newco ("Sociedades"), uma vez que permitirá a integração de suas atividades, resultando em benefícios às operações e aos negócios das Sociedades, de ordem administrativa, econômica e financeira. Em contrapartida da incorporação da Newco, os até então sócios desta empresa, a MMK Empreendimentos e Participações Ltda, terão 15% de ações da Coimex Consórcios e passarão a figurar na sociedade da Companhia após a devida aprovação do Banco Central do Brasil.

Na ocasião do evento de incorporação, a Administração elaborou teste de recuperabilidade para suportar a contabilização do ativo Intangível, considerando a projeção dos resultados futuros gerados pelo ativo, assim como fez a atualização do estudo na posição de 31 de dezembro de 2023 também confirmando a recuperabilidade do ativo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

12. FORNECEDORES A PAGAR

Fornecedores a pagar: São registradas nessa conta contábil os valores a pagar a fornecedores de bens ou serviços.

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores de Marketing a pagar	2.235	1.684
Fornecedores de Tecnologia a pagar	410	93
Fornecedores de Serviços a pagar	77	209
Fornecedores de Comissão a pagar	507	-
Demais Fornecedores a pagar	63	38
	3.293	2.024
Circulante	3.293	2.024

13. PROVISÃO PARA PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Em 2022 foi aprovado um novo programa de participação nos resultados (“PPR”) e elaboradas novas métricas de avaliação individual e, com isto, foi provisionado proporcionalmente, ao longo deste semestre, porém, em razão do não atingimento das metas estabelecidas no PPR, foi baixada toda provisão de acordo com o programa homologado pelo sindicato da categoria. Em 2023 a Administradora manteve o Programa de Participação nos Resultados, aprovado pelo sindicato da categoria. O saldo está sendo provisionado de acordo com as métricas estabelecidas e será avaliado o atingimento do resultado da Administradora e o desempenho individual dos colaboradores, de acordo com as estratégias organizacionais.

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Provisão para participação no resultado	1.587	-
Circulante	1.587	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Coimex Consórcios é de R\$ 56.815, dividido em 56.814.700 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sem alterações em relação a 2022.

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	56.813.382	99,998%
Itaguaçu Comércio e Participações S.A.	1.318	0,002%
	56.814.700	100,000%

Está registrado no Patrimônio Líquido, na conta de Capital a Realizar, os valores a título de AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, que ocorreram em 9 (sete) etapas. Em data a ser definida, ocorrerá a Assembleia Geral Extraordinária que deverá deliberar o aumento do capital social, em moeda corrente e em ações no montante de R\$ 100.000,00, conforme detalhadas na tabela abaixo. Ainda na mesma conta de Capital a Realizar, também consta o montante de R\$ 1.900, referente ao processo de incorporação da Newco, detalhando na nota explicativa 9, somando o montante na conta de R\$ 101.900.

<u>Data do AFAC</u>	<u>Aporte</u>
16/11/2021	10.000
02/03/2022	10.000
15/05/2022	10.000
21/07/2022	10.000
09/11/2022	15.000
27/03/2023	15.000
19/06/2023	10.000
26/09/2023	10.000
15/12/2023	10.000
	100.000

É assegurado em cada exercício dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses da Assembleia Geral dos Sócios, deliberar a distribuição de dividendos inferior ao obrigatório, ou retenção de todo o lucro, ou ainda nos casos em que os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral dos Sócios, ser o dividendo incompatível com a situação financeira da Administradora.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2023 E 2022**
(Em milhares de reais)

15. CRÉDITOS FISCAIS

	Em 31 de dezembro de 2022	Movimentações 2023	Em 31 de dezembro de 2023
Prejuízo fiscal	91.887	50.403	142.290
Base de cálculo negativa de CSLL	83.744	50.403	134.147

Em 31 de dezembro de 2023, o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa, da CSLL representam ativos diferidos de Imposto de Renda em R\$ 35.572, (Em 31 de dezembro de 2022 – R\$ 22.972) e Contribuição Social em R\$ 12.073 (Em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 7.537), não registrados contabilmente, que poderão ser deduzidos desses mesmos impostos no futuro, de acordo com a lucratividade da sociedade.

16. DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Segundo semestre de 2023	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas de pessoal	(12.725)	(24.657)	(13.470)
Despesas administrativas	(24.511)	(47.402)	(38.116)
Propaganda e Publicidade	(21.719)	(41.725)	(32.371)
Outras despesas administrativas	(2.791)	(5.676)	(5.745)
Despesas tributárias	(2.969)	(5.320)	(4.116)
Depreciações e amortizações	(106)	(224)	(149)
Despesas de serviços de terceiros	(5.638)	(9.864)	(10.230)
Comissões	(1.504)	(1.558)	(2.711)
Outras despesas de serviços de terceiros	(4.134)	(8.306)	(7.519)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.123	2.268	1.325
	(44.826)	(85.199)	(64.756)

As ações para ampliação das vendas no canal digital demandaram investimentos em propaganda e publicidade, sendo este o principal incremento das despesas administrativas. Por outro lado, a unificação das operações no Mycon, que tem o modelo de venda B2C, ou seja, sem intermediários, tem reduzido o investimento em comissionamento.

A evolução das despesas operacionais líquidas é compatível com a estratégia do negócio e o crescimento da empresa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

16.1 Despesas de pessoal

	Segundo semestre de 2023	Em 31 de Dezembro de 2023	Em 31 de Dezembro de 2022
Salário/Proventos	(8.710)	(15.798)	(9.322)
Encargos Sociais	(2.576)	(4.733)	(2.811)
PPR	59	(1.587)	92
Benefícios	(1.316)	(2.234)	(1.427)
Treinamentos	(182)	(305)	-
	(12.725)	(24.657)	(13.468)

Com a expansão da empresa, foi necessário maior investimento na contratação de colaboradores operacionais e da gestão.

16.2 Despesas Tributárias

	Segundo Semestre de 2023	EXERCÍCIOS	
		2023	2022
Contribuições ao COFINS	(1.565)	(2.800)	(2.179)
ISSQN	(1.004)	(1.792)	(1.386)
Contribuições ao PIS	(338)	(604)	(469)
IPTU e outros	(61)	(123)	(82)
	(2.969)	(5.320)	(4.116)

Com o constante investimento em ferramentas tecnológicas e em propaganda e marketing, há a conversão em vendas em cotas de consórcios, elevando o faturamento e consequentemente uma maior apuração com despesas tributárias.

16.3 Despesas com Serviços de Terceiros

	Segundo semestre de 2023	Em 31 de Dezembro de 2023	Em 31 de Dezembro de 2022
Serviços advocatícios	(225)	(307)	(166)
Serviços de tecnologia da informação	(3.895)	(7.921)	(7.216)
Comissões	(1.484)	(1.558)	(2.774)
Demais serviços	(34)	(78)	(74)
	(5.638)	(9.864)	(10.230)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

16.4 Despesas com Propaganda e Publicidade

	Segundo semestre de 2023	Em 31 de Dezembro de 2023	Em 31 de Dezembro de 2022
Propagandas de TV e Digital	(19.558)	(40.636)	(34.109)
Prestadores de Serviços	(3.989)	(4.824)	(1.880)
Crédito de PIS/COFINS	1.828	3.735	3.618
	<u>(21.719)</u>	<u>(41.725)</u>	<u>(32.371)</u>

A Coimex Consórcios, atualmente por ser um modelo de negócio de venda 100% digital, utiliza as ferramentas de propaganda e publicidade como forma de alcançar o cliente final. A Companhia tem aumentado seus investimentos em marketing com objetivo de manter o crescimento do negócio.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de imposto de renda e da contribuição social apresentados no resultado do período:

	Segundo semestre de 2023	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Resultado antes dos efeitos tributários	(25.681)	(50.959)	(37.379)
Adições e exclusões	494	557	153
Base de cálculo do IR e da CS	(25.188)	(50.403)	(37.226)
Compensação do Prejuízo Fiscal (30%)	-	-	-
Prejuízo Fiscal	<u>(25.188)</u>	<u>(50.403)</u>	<u>(37.226)</u>

18. CONTINGÊNCIAS

A Administradora é parte em processos judiciais e em razão do curso normal de suas operações acompanha o desenvolvimento de todos os processos, constituindo provisão para perda eventual nos casos em que seus assessores legais avaliam como provável o desfecho desfavorável.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Em milhares de reais)

- (a) Nas datas das demonstrações contábeis, a Administradora apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais:

	Depósitos judiciais	
	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Processos trabalhistas e previdenciárias	68	64
Garantia Caução Locação SP	-	54
Processo Fazenda Estadual ES	-	9
	68	127
Não Circulante	68	127

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não há obrigações classificadas pelos assessores jurídicos como de provável perda, a serem contabilizadas.

- (b) A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

- Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- Cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações de consorciados.

- (c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço.

A Administradora tem ações de naturezas trabalhista e cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como “possíveis”, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, que montam R\$ 1.663 em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 – R\$ 1.709.

19. PARTES RELACIONADAS

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Salários e encargos	(2.360)	(2.203)
Programa de Participação nos resultados	(243)	(227)
	(2.603)	(2.430)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO
FINDOS EM DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)**

A remuneração com pessoal-chave da administração refere-se a participações nos lucros, honorários e encargos dos diretores estatutários da empresa, no montante de R\$ 1.466 em 30 de junho de 2023 (R\$ 1.179 em 30 de junho de 2022).

20. COMPONENTE ORGANIZACIONAL DE OUVIDORIA (NÃO AUDITADO)

Atendendo ao disposto na Circular nº 3.501 de 16 de julho de 2010 do BACEN, a estrutura do Componente Organizacional de Ouvidoria foi implementada, estando de acordo com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Administradora.

A Resolução nº 4.433 de 27 de julho de 2015 do BACEN revogou a Resolução nº 3.849 de 25 de março de 2010, que em seu artigo 4º, parágrafo 6, item I, obrigava a revisão do relatório da Ouvidoria pela auditoria externa.

Em 23 de outubro de 2020, foi publicado a Resolução BACEN nº 28, onde foram alteradas as regras sobre constituição e funcionamento do componente organizacional de ouvidoria.

A Ouvidoria é componente organizacional independente, que possibilita mediação de conflitos e julgamentos respaldada pela imparcialidade nas empresas.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

De acordo com o Comitê de Pronunciamento Técnico - CPC 24, que trata dos Eventos Subsequentes, ocorridos após o encerramento do 2º semestre de 2023 e, até a data da publicação destas demonstrações Contábeis, os Administradores, na pessoa de seus gestores, declaram que não há fatos relevantes que possam afetar futuramente a situação patrimonial e/ou Financeira desta companhia.

* * *

Francis Augusto da Silva
Diretor Adm. e Financeiro
CPF: 295.936.538-05
CRC 310061/O-1 – SP
e-mail: francis.augusto@mycon.com.br

Robson Subtil de Amorim
Diretor de Risco & Compliance
CPF: 450.297.417-04
CRA 6093 – ES
e-mail: robson.subtil@mycon.com.br

Luiz Antonio Ribeiro Santiago
Contador
CRC SP 246334/O-0
CPF: 347.151.238-19
e-mail: luiz.santiago@mycon.com.br